

Câmara decide destino da semana inglesa

GDF ouvirá a população

As secretarias de Indústria, Comércio e Turismo e do Trabalho farão uma operação conjunta, regionalizada, para colher subsídios junto à população sobre possíveis modificações no horário de funcionamento do comércio no DF. Na segunda-feira, o staff das duas secretarias se reúne, na parte da tarde, para discutir, entre outras coisas, o prazo de execução e a estratégia a ser seguida.

A operação foi determinada pelo governador Joaquim Roriz, que vetou antontem o projeto que instituía a semana inglesa. Sobre as negociações com os deputados distritais, visando à elaboração de um novo projeto de lei, o secretário do trabalho preferiu não tecer qualquer comentário, admitindo que os dados colhidos com a comunidade auxiliarão Roriz nas conversações: "Um projeto de autoria dos poderes Executivo e Legislativo parece simpático", disse.

O secretário de Indústria, Comércio e Turismo, José Ezil da Veiga, admitiu que o governo possuía pouca informação sobre o assunto, antes da aprovação do projeto pela Câmara Legislativa. "Nós íamos fazer um levantamento ainda este semestre", explicou.

Ezil da Veiga esclareceu que será tratado o funcionamento do comércio, e não a carga horária do comerciário. "Não é da nossa competência legislar sobre isso", afirmou. Sobre o projeto vetado, ele lembrou que o fechamento do comércio ao meio-dia faria com que o GDF recolhesse menos impostos. "Esse é um dos aspectos", comentou.

A princípio, reduzir as atividades econômicas em Brasília seria nocivo a nível social, de acordo com o secretário de Indústria, Comércio e Turismo. Isso, a seu ver, diminuiria a capacidade de gerar empregos. "Principalmente aqui, um dos locais mais atingidos pelo processo de liberação de pessoas que trabalham em atividades no Estado", argumentou Ezil da Veiga, referindo-se à colocação de servidores públicos em disponibilidade.

Na operação conjunta, a ser desenvolvida pelas secretarias, serão ouvidas, além de comerciantes e comerciários, associações de moradores e administrações regionais. Não se sabe, por enquanto, se o GDF pretende encomendar pesquisas sobre o assunto.

Não existe, entre os secretários, qualquer receio em relação à derrubada do veto de Roriz pela Câmara Legislativa. O governador está "confiante".

A opinião do povo

A maioria dos entrevistados pelo **CORREIO BRAZILIENSE** sobre a possibilidade da Câmara Legislativa derrubar o veto do governador Joaquim Roriz no projeto-de-lei da Semana Inglesa, opinou negativamente, ou seja, a grande parte acha que os deputados vão

seguir a decisão do governador. A enquete buscou a opinião de dez pessoas, cinco do sexo masculino e cinco do feminino, com idades e profissões bem diferentes umas das outras. Deste total, somente dois pensam que a Câmara vai derrubar o veto e um, ficou "em cima do muro".

Augusto César Willer, 17 anos, estudante — "A Câmara Legislativa está vinculada ao voto do povo e ele não apóia a semana inglesa porque o comércio fecha, impossibilitando compras no sábado. Pra mim, a Câmara não derruba o veto de Roriz exatamente pela dependência que tem da opinião da comunidade em geral".



Doris Cristina, 17 anos, estudante — "Acho que a Câmara Legislativa não deveria derrubar o veto de Roriz porque a semana inglesa prejudica o consumidor. O funcionário seria beneficiado, mas em compensação o comerciante, assim como o consumidor não se daria muito bem com a implantação do projeto".



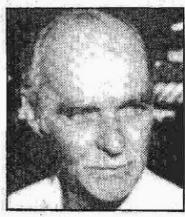
Reinaldo Eloy, 22 anos, representante de vendas — "Eu sou contra a semana inglesa porque os comerciários não querem diminuir o tempo de serviço, mas aumentar o salário através das horas extras. Não faço a mínima idéia pela posição dos deputados em relação ao veto do governador Joaquim Roriz, realmente não sei a decisão deles".



Sueli Canofre, 27 anos, dona-de-casa — "A Assembléia não pode derrubar o veto do governador. Hoje em dia quem está lá em cima é quem manda nas decisões. O público mesmo, e quem trabalha junto deste público, têm uma opinião que não vale nada. Este pessoal quer mesmo é forçar a barra dos consumidores e dos trabalhadores".



Nilo do Nascimento, 60 anos, aposentado — "Eles não vão derrubar o veto. Eles são tudo uma coisa só e ficarão do lado do governador. O projeto da semana inglesa deveria ser modificado, tendo uma conciliação entre consumidor e comerciários. Os funcionários deveriam ter dois turnos de trabalho e o comércio funcionaria normalmente".



Severa cSoares, Onze e M e i a 00:30.TJ Internacional — "Noticiário gar muita gente. Os políticos quando dizem uma coisa vão até o fim, e por isso vão querer derrubar o veto do governador. Mas eles não vão conseguir, porque o Roriz vai recorrer a todos os meios para não deixar isto acontecer".



Nilton Ribeiro de Souza, 33 anos, vendedor — "A semana inglesa seria bom pra gente. Mas, a Assembléia não vai derrubar o veto do governador porque o Sindicato dos Comerciários é fraco. Além disso, a gente não pode ajudar o sindicato na pressão aos deputados, porque senão nós somos despedidos".



Ediméia Pereira da Silva, 25 anos, digitadora — "Tomara que a Assembléia Legislativa não derrube o veto de Roriz. Isto não pode ser aceito porque iria prejudicar as pessoas que precisam do comércio. Eu sou realmente contra a semana inglesa porque como é que as pessoas que trabalham até tarde, vão conseguir comprar alguma coisa?".



César Valle, 54 anos, funcionário público — "Eu sou a favor da semana inglesa, por isso contra o veto do governador Joaquim Roriz. Penso que a Câmara Legislativa deveria derrubar o veto imposto. No entanto, acho muito difícil os deputados tentarem ir contra a decisão do governo."



Maristela Assumpção, 28 anos, industrial — "Tudo é possível nesta decisão pela semana inglesa. Os políticos mudam de idéia de uma hora para outra. Afinal, a gente nunca sabe o que passa pela cabeça deles. Talvez, eles até derrubem o veto, já que foram unânimes na decisão pela semana inglesa, há um tempo atrás".



mos, e nós não pretendemos esperar", diz ele.

Posições — O presidente da Associação de Empresas Lóvistas de Shopping Centers (Ascenter), Cláudio Antônio Ribeiro, acha que o governador usou a lógica ao vetar o projeto de lei que estipula a semana inglesa. Para ele, a Assembléia não derrubará o veto de Roriz, "já que o que aconteceu foi um pouco de falta de experiência dos deputados. Não se pode restringir o capital porque ele é a mola propulsora do desenvolvimento". Cláudio Ribeiro disse que em vez de se fornecer horários de trabalho, deveria se liberar o funcionamento do comércio de acordo com a procura do consumidor, "mesmo sendo no domingo".

Quem compartilha da opinião da Ascenter, é o vice-presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Lázaro Marques, que é a favor do livre horário de funcionamento. Segundo ele, a Assembléia não derrubará o veto de Roriz pois os deputados respon-

dem pela população, e ela não quer a semana inglesa. "Não é desmoralização nenhuma para a Câmara se não houver o veto, porque antes, os deputados não tinham conhecimento dos anseios da comunidade e agora, eles já sabem", afirma Lázaro.

"A Câmara não vai partir para um tipo de procedimento como este. Ela terá 30 dias para chegar a uma posição em que a cidade avance". A afirmação é do presidente da Associação Comercial, Nuri Andraus, que dá ênfase à necessidade de discutir o projeto com as partes envolvidas na questão como o consumidor, o comerciário e o comerciante. "Nós temos alguns parâmetros para se iniciar o debate, entre eles, o comércio diferenciado para o Plano e satélites, não havendo uma legislação única de funcionamento. Além disso, a possibilidade do comércio abrir tarde e fechar mais tarde nos dias de semana, aliviando um pouco o sábado e se esquecendo o domingo", complementa ele.

Governista não quer patrão decidindo

A bancada governista na Câmara Legislativa deve defender, a partir da próxima semana, a elaboração de um novo projeto sobre a semana inglesa, retirando do sindicato patronal o poder decisório sobre o funcionamento do comércio aos sábados depois do meio-dia. Isso significa a exclusão do artigo quarto do projeto, considerado inconstitucional pelo GDF, e que deixa a cargo das partes interessadas a negociação de um acordo coletivo para estender o horário das lojas.

"O que o projeto faz é transferir para o sindicato o poder do Estado de fixar os horários do comércio e, indiretamente, a jornada de trabalho", argumentou o deputado Gilson Araújo, do PTR.

Ele defendeu a exclusão deste artigo e a inclusão de outro, deixando a cargo do governo estabelecer a jornada e os horários. Araújo revelou que o seu partido é favorável à semana inglesa, mas que vai defender um amplo acordo para a redação desse novo projeto.

O relator do projeto, deputado Geraldo Magela (PT), voltou ontem a atacar a justificativa jurídica adotada pelo governador para vetar a proposta: "Os argumentos da assessoria do GDF são infantis; está claro que o projeto é constitucional".

Confiança — Confiante na possibilidade do acordo, antes da apreciação do veto, o líder do governo Maurílio Silva (PTR), de-

fendeu um projeto debatido "sem pressa e sem exaltações", inclusive com a participação de juristas renomados. Ele acredita que a justificativa jurídica apresentada por Roriz não invalida a hipótese de acordo: "No acordo feito entre deputados e governador já havíamos decidido elaborar um novo projeto. Dessa forma a questão não fica prejudicada", avaliou.

O presidente do Sindicato dos Comerciários, Raimundo Neves, adiantou que a categoria pretende levar para a televisão, já na próxima semana, um comercial defendendo a derrubada do veto e cobrando do governador Joaquim Roriz um compromisso assumido ainda durante a campanha.

Edmar vai reapresentar antigo projeto

O deputado José Edmar Cordeiro (PSL), disse ontem que reapresentará seu projeto de lei à apreciação dos deputados, comerciantes e comerciários, depois que o governador Joaquim Roriz vetou o projeto da semana inglesa. Pela sua proposta, o funcionamento do comércio local poderá ser de até 24 horas diárias, desde que seja estabelecido acordo entre patrões e empregados.

A proposta de Edmar Cordeiro estabelece a implantação de dois turnos de trabalho, prevendo que a participação dos empregados em período superior a um turno somente será possível mediante acordo e pagamento de horas-ex-

tras estabelecidas na Constituição e em leis trabalhistas. Esse dispositivo, segundo Edmar, é uma sugestão do deputado Jorge Cauhy (PL) quando seu projeto estava tramitando na Comissão de Constituição e Justiça. "Infelizmente meu projeto sequer foi apreciado pelo plenário, pois o relator Geraldo Magela (PT) o rejeitou", lamentou.

José Edmar defende ainda que no caso do estabelecimento comercial que não optar pela abertura de sua loja no período diário de 12 horas, terá que adotar a semana inglesa — o funcionamento até ao meio-dia dos sábados.

Pelo projeto, fica livre também

o horário de funcionamento dos seguintes comércios: estabelecimentos comerciais localizados no aeroporto, nas estações rodoviárias e ferroviárias de Brasília, hotéis e similares, farmácias e drogarias, padarias, restaurantes, bares, sorveterias, cinemas, teatros, boates e casas de diversões públicas.

"Essa é uma proposta conciliatória e vai atender o interesse de todos os segmentos envolvidos — comerciantes, comerciários e consumidores", constata o deputado José Edmar, para admitir que sua proposta poderá ser contestada apenas pelos comerciantes, que terão de pagar hora-extra aos empregados.